

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM TEA EM UMA ESCOLA DA ZONA RURAL DE MOSSORÓ-RN

Cláudia Daiane Alves Inácio¹

Ana Maria Damasceno Landim²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar as contribuições do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na aprendizagem de alunos com Transtorno do Espectro autista (TEA) de uma escola da rede pública de ensino da zona rural de Mossoró-RN. Foi realizado um estudo qualitativo, na qual foi feita uma pesquisa de campo, que teve como participante uma professora do AEE. Para coleta de dados foi realizada uma entrevista semiestruturada que permitiu conhecer a concepção da docente acerca do TEA e de que forma acontecem as práticas pedagógicas para esses educandos. O presente estudo evidenciou que o AEE é de grande importância dentro do espaço escolar e que o professor especializado é um forte aliado no processo de aprendizagem dos estudantes. A análise dos dados comprovou que a professora entrevistada busca da melhor maneira possível desenvolver as habilidades motoras, cognitivas e sociais de seus alunos, respeitando as peculiaridades, desenvolvendo um trabalho dinâmico e criativo através de recursos pedagógicos, fazendo com que os alunos tenham o prazer de participar e assim obterem melhores resultados.

Palavras-chave: Atendimento educacional Especializado (AEE). Transtorno do Espectro Autista (TEA). Aprendizagem.

ABSTRACT

This article aims to present the contributions of Specialized Educational Service (SES) in the learning of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) at a public school in the rural zone of Mossoro-RN. A qualitative study was carried out, in which field research was carried out, with an SES teacher as a participant. To collect data, a semi-structured interview was carried out, which allowed us to understand the teacher's conception of ASD and how pedagogical practices take place for these students. The present study showed that SES is of great importance within the school space and that the specialized teacher is a strong ally in the students' learning process. Data analysis proved that the interviewed teacher seeks to develop the motor, cognitive and social skills of her students in the best possible way, respecting their peculiarities, developing dynamic and creative work through pedagogical resources, making students have the pleasure of participate and thus obtain better results.

¹Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Especialista em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Educação Infantil pela Faculdade Venda Nova do Imigrante-FAVENI. E-mail: daianequielkesia2015@gmail.com

²Mestre em Saúde da Criança e Adolescente (UECE). Especialista em Psicopedagogia Clínica/Institucional e Educação à Distância (UECE). Professora e Técnica em Educação (Prefeitura Municipal de Maracanaú-CE). E-mail: anamariadamascenolandim@gmail.com

Keywords: Specialized educational service (SES). Autism Spectrum Disorder (ASD). Learning.

1 INTRODUÇÃO

Em 2008 o Ministério da Educação (MEC) lançou a Política Nacional de Educação na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEI), que regulamenta a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), articulado com a sala regular, objetivando a plena aprendizagem do aluno público alvo da Educação Especial.

Conforme Moreira e Souza (2019), vemos cada dia mais a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ao âmbito escolar, concordando assim com a Declaração de Salamanca (1994) que enfatiza que as escolas devem acolher todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

É importante destacar que a escola é extremamente necessária para que cada pessoa desenvolva um progresso pessoal e social. Dentro desse progresso o AEE assume fundamental importância por desenvolver um trabalho respeitando a necessidade de cada aluno, seus ritmos de aprendizagem, autonomia, procurando minimizar as dificuldades e contribuir para o desenvolvimento de potencialidades.

Diante dessa questão, surgiu o questionamento: Como o AEE contribui para a aprendizagem dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em uma escola da zona rural de Mossoró-RN? Dessa forma, a pesquisa justifica-se a partir do interesse em aprofundar e compreender um tema tão relevante dentro do contexto educacional, principalmente por se tratar de estudantes com TEA.

A pesquisa tem como objetivo geral compreender como acontece o Atendimento Educacional Especializado para o estudante com TEA. Em relação aos objetivos específicos procurou-se conhecer a finalidade do AEE, descrever o professor do AEE e suas atribuições, e apresentar as contribuições do AEE para a aprendizagem dos estudantes com TEA.

Para esta investigação, utilizou-se a pesquisa de caráter qualitativo. Segundo Flick (2009), os métodos qualitativos consideram a comunicação do pesquisador com o campo e seus membros como parte explícita da produção do

conhecimento, caracterizando-se pela interação direta entre o pesquisador e o objeto de estudo.

Para a pesquisa de campo, foi realizada uma entrevista semiestruturada, de natureza interativa com uma professora atuante no AEE de uma escola da rede pública, localizada na zona rural de Mossoró-RN, que permitiu conhecer as práticas pedagógicas realizadas no AEE para os alunos com TEA.

Yin (2010) conceitua o estudo de caso como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes” (Yin, 2010, p. 39). Isso torna o estudo de caso um método eficiente por auxiliar o pesquisador a chegar o mais próximo do seu objeto de investigação.

Diante dessas colocações, este artigo está dividido em tópicos, onde o primeiro é a introdução; o segundo apresenta o Atendimento Educacional Especializado e sua finalidade; o terceiro mostra o professor do AEE e suas atribuições; o quarto descreve as contribuições do AEE para aprendizagem dos estudantes com TEA; o quinto traz a apresentação e análise dos resultados, em seguida as considerações finais e por último as referências bibliográficas.

2 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) E SUA FINALIDADE

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva (PNEEI) representou um grande avanço para a educação inclusiva no país, que passou a ser ofertada não mais de maneira isolada, mas agora articulada com a escola, objetivando a plena aprendizagem do aluno da educação especial na sala regular através do AEE.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEI) estabelece que:

O Atendimento Educacional Especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no AEE diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação

dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (Brasil, 2008, p. 11).

Ainda em 2008, foi promulgado o Decreto 6.571 (posteriormente substituído pelo Decreto 7.611/11), que estabelece as diretrizes do AEE e reitera o estabelecimento pela Política Nacional. Consequentemente foi lançado um novo olhar para a educação inclusiva no Brasil.

De acordo com a Resolução nº 4, o AEE deve ser:

Realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios. (Brasil, 2009, Art.5, p.2).

Em meio a todos esses avanços se faz necessário de fato conhecer a verdadeira função do AEE dentro das escolas. E para isso, é preciso primeiramente entender que, a partir da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEI), o AEE passou a exercer um caráter complementar ou suplementar, funcionando como um apoio à sala de aula regular, lembrando que, a partir disso, o atendimento substitutivo não foi mais permitido.

O atendimento suplementar é aquele que visa à plena aprendizagem do aluno que apresenta altas habilidades/superdotação por meio de um currículo rico nas áreas em que o aluno apresenta facilidade, habilidade ou demonstra um grande interesse.

Já o atendimento complementar, foca na formação dos alunos com deficiência e/ou com Transtorno do Espectro Autista (TEA). No qual o professor irá trabalhar com os recursos, possibilitando ao aluno ultrapassar as barreiras que lhes são impostas às suas aprendizagens na sala de aula regular.

Dessa forma, o AEE não deve funcionar como reforço escolar, pois o objetivo do professor da sala de recursos não é ensinar aos alunos os conteúdos que são ministrados na sala regular, mas contribuir na quebra das barreiras. Lembrando que esse atendimento deve ocorrer no horário inverso das aulas regulares, considerando que:

O atendimento educacional especializado não pode ser confundido com atividades de mera repetição de conteúdos programáticos desenvolvidos na sala de aula, mas deve constituir um conjunto de procedimentos específicos mediadores do processo de apropriação e produção de conhecimentos. (Alves, 2006, p.15).

As atividades desenvolvidas no AEE são diferentes daquelas realizadas na sala comum. Com isso, torna-se necessário que o professor do AEE seja criativo e dinâmico, objetivando facilitar o processo de ensino e aprendizagem do aluno, conhecendo as particularidades de cada um, articulando com a proposta pedagógica da sala de aula regular.

O aluno com deficiência necessita de ações pedagógicas diferenciadas. Para que isso ocorra, a escola precisa pensar e organizar seus espaços físicos provendo materiais pedagógicos, pensando nas peculiaridades dos alunos de acordo com a necessidade motora ou de comunicação. No AEE

O aluno constrói conhecimento para si mesmo, o que é fundamental para que consiga alcançar o conhecimento acadêmico. Aqui, ele não depende de uma avaliação externa, calcada na evolução do conhecimento acadêmico, mas de novos parâmetros relativos às suas conquistas diante do desafio da construção do conhecimento (Brasil, 2007, p.27).

O trabalho do profissional do Atendimento Educacional especializado deve propor situações para que o aluno interaja, deixando de ser passivo na aprendizagem e tomando uma postura dinâmica, a fim de que se aproprie do saber. O aluno poderá ser avaliado na sala de recursos multifuncionais, quanto à escrita, leitura e raciocínio lógico, dependendo das características de sua deficiência.

Um dos maiores desafios hoje na educação especial está na criação de estratégias que visem à diversidade da condição humana. É importante destacarmos que a escola é extremamente necessária para que haja um progresso social e pessoal de cada pessoa.

E dentro desse progresso o Atendimento Educacional Especializado assume fundamental importância por ensejar o trabalho com as reais necessidades do aluno. Vislumbra-se, nesse processo, o respeito às especificidades de cada um e seus ritmos de aprendizagem, o desenvolvimento da própria autonomia, a obtenção de seus valores, ou seja, respeito à cultura, saberes e a sociabilidade, contribuindo para o desenvolvimento de potencialidades.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, o Atendimento Educacional Especializado, assegurado no artigo 58, § 1º e § 2º, ressalta que:

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviço de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de Educação Especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (Brasil, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1996, p.21).

A lei assevera que é direito do aluno o AEE sempre que for necessário. Assim, o aluno deve ser atendido de acordo com suas peculiaridades, e quando não for possível matriculado na sala de aula comum, esse atendimento deverá ser feito pelo serviço de apoio especializado.

Atualmente, é comum vermos alunos que apresentam dificuldades, de ordem funcional e, necessitam de recursos adaptados que lhes permitam quebrar barreiras externas impedidos de acessar determinados lugares. No entanto, não basta apenas incluir o aluno especial em uma sala de aula. É necessário que a escola trabalhe as potencialidades e promova a inserção do aluno no meio social.

Para que isso aconteça, o AEE veio para contribuir, pois o mesmo tem como objetivo:

I- Promover condições de acesso, participação de aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; II- garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III- fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV- assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (Brasil, 2001, p. 02).

O AEE faz parte de todas as etapas da educação básica, organizado com finalidade de criar e oferecer recursos e estratégias específicas ao processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento do educando, usando ferramentas com o objetivo de eliminar ou diminuir as barreiras, contribuindo assim, de forma significativa para que cada aluno desenvolva sua própria independência e autonomia para que a inclusão seja realmente alcançada.

3 O PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E SUAS ATRIBUIÇÕES

Além de uma grande responsabilidade, o professor do AEE tem diversas atribuições e funções, tendo de enfrentar muitos desafios para conseguir obter sucesso com seus alunos. Dentro de suas atribuições, de acordo com Rodrigues (2018), o professor especialista do AEE deve identificar as Necessidades Educacionais Especiais (NEE); definir, implementar, liderar e apoiar estratégias de flexibilização; realizar adaptações curriculares, bem como os procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas; e trabalhar em equipe.

Os professores que atuam no AEE trabalham de forma colaborativa com o professor da sala regular, unindo inúmeras estratégias para alcançarem os alunos com múltiplas necessidades de aprendizagens e/ou transtornos.

Educadores especiais e aqueles na sala de aula regular estão constantemente trabalhando juntos para garantir que os alunos com deficiência e sem eles possam coexistir e trabalhar juntos em um ambiente seguro e saudável, livre de discriminação e intimidação. (Rodrigues, 2018).

Para atuar no Atendimento Educacional Especializado o professor precisa ter uma formação especializada e essa formação se dá mediante o previsto pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, no artigo 18, § 3º, que afirma que:

§ 3º. Os professores especializados em educação especial deverão comprovar:

I - formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas [...]

II - complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial [...]. (Brasil, 2001).

O educador torna-se essencial no processo de desenvolvimento cognitivo do aluno, e uma das exigências para atuar no AEE é que os profissionais tenham formação específica. Em relação à formação dos professores, ela deve fornecer:

Os meios de um pensamento autônomo e que facilita as dinâmicas de auto formação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vistas à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional. (Nóvoa, 1992, p.25).

De acordo com Nóvoa (1992), a formação adequada para o professor, serve para uma interação maior e participativa no desenvolvimento de seus alunos,

ajuda a conhecer a individualidade de cada um e conseqüentemente desenvolver um olhar diferenciado para o ser humano.

A resolução 04/2009 coloca as atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (Brasil, 2009, p.03).

De acordo com esta Resolução pode-se observar que a elaboração e execução do plano de atendimento do aluno são de inteira responsabilidade do professor do AEE em colaboração com o professor da sala regular e articulação com a família, e às vezes para que o aluno tenha um progresso maior, se faz necessário encaminhá-lo para serviços setoriais de saúde, assistência social, entre outros.

No entanto, o AEE não pode jamais ser confundido com reforço escolar, pois seu objetivo não é ensinar aos alunos os conteúdos ministrados na sala regular, mas contribuir na eliminação das barreiras. E, também não esquecendo que esse atendimento só deve acontecer no contra turno das aulas regulares. Concordando com isso, Papim (2020, p.39) vai dizer que:

Portanto, sem substituir a finalidade da sala de aula comum e não possuir o propósito de se tornar uma sala de reforço, o AEE contribui para o processo educacional, produzindo materiais didáticos e pedagógicos de acordo com a

necessidade de aprendizagem, estimulando a autonomia e a independência no processo educacional.

Sendo assim, é muito importante que a prática pedagógica do professor contribua para o desempenho escolar do aluno, e para isso, se faz necessário que o professor esteja sempre se atualizando para inovar sua prática de ensino, buscando novos conhecimentos para poder oferecer o melhor aos seus alunos. Nesse sentido, cabe ao professor do AEE:

A partir de observações criteriosas, ajustar suas intervenções pedagógicas ao processo de aprendizagem dos diferentes alunos, de modo que lhes possibilite um ganho significativo do ponto de vista educacional, afetivo e sociocultural (Prado & Freire, 2001, p.5).

Portanto, pode-se observar que mesmo em meio ao avanço das políticas públicas em relação à inclusão, o professor do AEE ainda enfrenta muitos desafios para poder beneficiar seus alunos através de métodos que buscam da melhor maneira possível eliminar as barreiras causadas pela deficiência, caminhando numa constante luta para que seus alunos tenham acesso às melhores condições de aprendizagem.

4 AS CONTRIBUIÇÕES DO AEE PARA A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES COM TEA

A inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista na Educação Especial tornou-se de grande interesse tanto para os profissionais da área da educação quanto para a população em geral. Dentro desse contexto, não podemos esquecer que as salas de recursos multifuncionais (SRMs) exercem um papel de grande relevância para o processo de inclusão e desenvolvimento das crianças com TEA, por se tratar de um espaço que tem como objetivo atender às necessidades dos alunos com deficiência, promovendo adaptações de atividades que favorecem o desenvolvimento integral da criança com TEA (Brasil, 2008).

Em se tratando dos direitos dos alunos com TEA na escola regular, houve avanços a partir da Lei 12.764 de dezembro de 2012, conhecida como “Lei Berenice Piana” ou “Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com TEA” (Brasil, 2012), essa lei veio garantir o direito à educação básica e a matrícula desses

estudantes em sala de ensino regular. A Lei 12.764/2012 caracteriza o TEA da seguinte forma:

I – deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II – padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos (Brasil, 2012, p.01).

Dessa maneira, o Transtorno do Espectro Autista é considerado uma deficiência para todos os efeitos legais (Brasil, 2012). Portanto, o atendimento escolar dos alunos com TEA deve começar na educação infantil, creches e pré-escolas, assegurando sempre que forem necessários serviços de educação especial, de acordo com a avaliação e interação com a família e a comunidade (Brasil, 2001).

Sendo assim, o atendimento educacional especializado deve colaborar de forma a facilitar o processo de ensino e aprendizagem, adaptando atividades, criando um ambiente propício para o desenvolvimento dos alunos com TEA. Portanto, os profissionais do AEE têm como desafio o desenvolvimento de “[...] estratégias de aprendizagem, centradas em um novo saber pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos.” (Alves, 2006, p. 13).

Nesse sentido, essa adequação metodológica é um desafio do professor do AEE em articulação com o professor da sala regular, podendo assim contribuir para a continuidade da aprendizagem do estudante com TEA, nesse sentido, Braga Júnior e Bedaque (2018) enfatiza que:

É interessante e necessário que o AEE seja articulado com a escolarização comum do aluno para que torne mais efetivo e significativo o desenvolvimento de suas habilidades, tanto no âmbito escolar, quanto social (Braga Júnior e Bedaque, 2018, p.61-62).

De acordo com Lopes (2023), “As contribuições do AEE para a aprendizagem dos estudantes com TEA são inúmeras. Uma das principais é a oferta de um atendimento individualizado e adaptado às necessidades específicas de cada estudante.” Fazendo com que o profissional possa trabalhar de forma mais afetiva,

considerando as particularidades e necessidades dos estudantes. Ainda de acordo com Lopes (2023):

O AEE pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais dos estudantes com TEA. Essas habilidades são fundamentais para a interação com os colegas e para o desenvolvimento de relações interpessoais saudáveis. O AEE pode ajudar o estudante a compreender melhor as emoções e a se comunicar de forma mais efetiva, o que pode melhorar a sua qualidade de vida e o seu desempenho escolar (Lopes, 2023, p. 98).

Para que de fato um aluno com TEA venha desenvolver uma efetiva aprendizagem não se pode esquecer que é preciso uma parceria entre o AEE, sala regular, família, juntamente com outros profissionais para promoverem o bem estar desse aluno em todos os aspectos para que o sucesso acadêmico possa acontecer.

De acordo com Braga Júnior e Bedaque (2018):

A interação com a família e toda a comunidade escolar e extraescolar é de suma importância no processo de inclusão dos indivíduos, pois uma visão heterogênea fará não só o professor do AEE, mas outros profissionais envolvidos no acompanhamento dos estudantes com deficiência, agir com uma atenção diferenciada, porém com isonomia para que práticas emancipatórias provoquem a autonomia e o desenvolvimento das potencialidades de todos os envolvidos (Braga Júnior e Bedaque, 2018, p. 67).

Sendo assim, é importante que a família esteja envolvida no processo educacional, dialogando com a escola, visando uma atuação conjunta e integrada para que de fato haja o desenvolvimento das aprendizagens do aluno com TEA (Lopes, 2023).

Em meio a tudo que foi exposto, pode-se compreender que o AEE é de suma importância dentro do processo educacional e de fato atua contribuindo e ajudando a integrar o estudante com TEA no ambiente escolar, promovendo a participação plena do aluno nas atividades propostas pela escola, garantindo a inclusão e o acesso de todos os estudantes às aprendizagens escolares.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

De acordo com Silva (2012) o professor é quem gera condições de atuar com a finalidade de pôr ao alcance das crianças com TEA os recursos pedagógicos

necessários para transformar as dificuldades de socialização, linguagem e comportamento.

Nessa perspectiva, realizou-se um estudo de caso com uma professora que atua no AEE de uma escola da rede pública na zona rural de Mossoró-RN. Para coleta de dados foi realizada uma entrevista semiestruturada com o objetivo de obter informações relacionadas ao conhecimento da professora sobre o TEA e de como acontece às práticas pedagógicas para estes alunos na SRM daquela escola.

Acerca do estudo de caso Yin (2010) enfatiza como sendo uma investigação empírica de um fenômeno real que se torna importante por auxiliar o pesquisador a chegar o mais próximo do objeto de estudo.

Para a realização dessa entrevista primeiramente foram feitas duas visitas na escola citada, à primeira foi para apresentação da pesquisadora, e também para apresentar o objetivo da pesquisa, que é compreender como acontece o atendimento educacional especializado para o aluno com TEA, buscando conhecer a finalidade do AEE, as atribuições do professor e as contribuições do AEE na aprendizagem dos estudantes com TEA.

Na ocasião foi obtida a aceitação tanto da escola quanto da professora do AEE para a participação da pesquisa. Na segunda visita foi realizada a entrevista, onde foi utilizado um questionário para auxiliar a coleta de dados contendo perguntas acerca de informação profissional e acerca das práticas pedagógicas realizadas em sala. A entrevista durou cerca de 1 hora e 20 minutos.

Por meio da entrevista foi possível conhecer e discutir um pouco sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas no AEE focando precisamente nos alunos com TEA. A professora entrevistada trabalha no turno matutino e duas vezes por semana no turno vespertino, a mesma é graduada em pedagogia e especialista em AEE. A profissional relatou que trabalha no AEE há dois anos.

A professora mencionada, atualmente atende a sete alunos com TEA. Quando questionada acerca da definição do TEA, a mesma respondeu que:

O TEA se manifesta como um conjunto de variações neurobiológicas que afetam a maneira como o cérebro funciona, impactando a comunicação e interação social, além de comportamentos e interesses. É importante ressaltar que o TEA se apresenta de forma singular em cada indivíduo,

formando um espectro de características com diferentes intensidades. (Professora do AEE).

Percebe-se que a professora cita o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, mais conhecido como DSM-5 que serve para embasar e guiar os profissionais que lidam com transtornos relacionados à mente, como o TEA, a fim de padronizar os diagnósticos. Esta concepção da professora também é citada em documentos normativos que regem a educação inclusiva do nosso país como, por exemplo, a Lei 12.764/12 que é a Lei Berenice Piana ou Política de Proteção aos Direitos da Pessoa com TEA (Brasil, 2012).

Em relação ao planejamento dos atendimentos a professora relatou que:

O planejamento pedagógico e a prática de ensino são orientados pelo PEI (Plano de Educação Individualizado). Com esse programa, podemos planejar e acompanhar o desenvolvimento e desempenho de crianças com TEA, por meio de um documento formulado pelo próprio professor, com base nas necessidades específicas da criança, após uma avaliação. (Professora do AEE).

Observou-se que a professora leva em consideração documentos normativos que auxiliam na sua prática como a Nota Técnica nº 24 que fala que o planejamento e o AEE devem considerar as características individuais de cada aluno, pois a elaboração de plano de atendimento tem por objetivo eliminar as barreiras que dificultam ou impedem a interação social e a comunicação (Brasil, 2013).

Durante a entrevista perguntou-se em qual área de desenvolvimento os alunos apresentavam maior necessidade educacional, a qual ela descreveu que:

A maior necessidade educacional de um aluno com TEA pode variar de acordo com o perfil individual do aluno. No entanto, algumas áreas de necessidade comum incluem:

Comunicação e interação social: Muitos alunos com TEA apresentam dificuldades significativas na comunicação e interação social, necessitando de apoio para desenvolver essas habilidades.

Regulagem sensorial: Alguns alunos com TEA apresentam sensibilidade sensorial, necessitando de um ambiente sensorial organizado e previsível.

Comportamentos: Alguns alunos com TEA apresentam comportamentos desafiadores que podem necessitar de intervenções específicas para serem gerenciados.

Aprendizagem: O ritmo e o estilo de aprendizagem dos alunos com TEA podem variar significativamente, necessitando de adaptações curriculares e metodológicas individualizadas (Professora do AEE).

Evidencia-se que a professora cita as principais características relacionadas às dificuldades que as crianças com TEA apresentam, no entanto ressalta que a necessidade varia de acordo com cada indivíduo, pois cada criança apresenta características peculiares, necessitando assim de intervenções diferentes. Concordando com isso, Braga Júnior (2018) menciona que os desafios são os mais diversos possíveis, pois o que encontramos nas escolas são alunos com contextos variados, com necessidades e dificuldades diferentes.

Sobre as áreas de desenvolvimento avaliadas para educação do aluno com TEA e a proposta pedagógica elaborada para os objetivos de ensino e aprendizagem traçados, a entrevistada relatou que:

As áreas de desenvolvimento a serem consideradas na educação do aluno com TEA variam de acordo com as necessidades individuais de cada aluno. No entanto, algumas áreas comumente focadas na proposta pedagógica incluem:

Desenvolvimento da comunicação e linguagem: Implementação de estratégias para melhorar a capacidade do aluno de se comunicar verbalmente e não verbalmente, compreender a linguagem e usar a linguagem para se expressar.

Desenvolvimento social: Criação de oportunidades para o aluno interagir com outras pessoas, desenvolver habilidades sociais e aprender a se comportar em diferentes situações sociais.

Modificação do comportamento: Implementação de estratégias para gerenciar comportamentos desafiadores e promover comportamentos positivos e adequados.

Ensino acadêmico: Adaptação do currículo e das metodologias de ensino para atender às necessidades individuais do aluno, utilizando recursos visuais, atividades práticas e estratégias de ensino multissensorial (Professora do AEE).

Fica claro em meio ao exposto que a professora preocupa-se em atender seus alunos focando nas áreas de desenvolvimento, implementando ações pedagógicas que servirão para avaliar o nível de habilidades e competências que seus alunos venham a desenvolver ao longo do ano letivo. Visto que, “a educação correta consiste em despertar na criança aquilo que existe nela, ajudar para que isso se desenvolva e orientar esse desenvolvimento para algum lado” (Vigotski, 2009, p. 72).

Quando questionada sobre como é realizada a avaliação pedagógica do aluno com TEA, ela respondeu que:

A avaliação pedagógica do aluno com TEA deve ser abrangente e individualizada, considerando os pontos fortes e fracos do aluno em diferentes áreas do desenvolvimento, incluindo:

Habilidades de comunicação e linguagem: Avaliação da capacidade de se comunicar verbalmente e não verbalmente, compreender a linguagem e usar a linguagem para se expressar.

Habilidades sociais: Avaliação da capacidade de interagir com outras pessoas, formar e manter relacionamentos, compreender normas sociais e responder a pistas sociais.

Comportamentos: Avaliação da presença de comportamentos repetitivos, interesses restritos e outras características comportamentais associadas ao TEA.

Habilidades acadêmicas: Avaliação do nível de desenvolvimento em áreas como leitura, escrita, matemática e outras áreas do currículo (Professora do AEE).

Diante deste fragmento, a docente demonstra que assim como o planejamento, a avaliação também precisa considerar as características individuais de cada estudante, ainda que os educandos apresentem características semelhantes, tanto o planejamento quanto a avaliação não pode ser o mesmo para todos. É importante observar se o aluno está desenvolvendo habilidades significativas que valorizam a interação social, comunicação e cognição.

Quando pedido para descrever sobre seu relacionamento com a escola e a família do aluno com TEA, a professora descreveu que:

Minha filosofia de trabalho se baseia em comunicação aberta e frequente, respeito mútuo e colaboração, escuta ativa e empatia, confiança e parceria. Algumas iniciativas que coloco em prática para fortalecer o relacionamento com a escola e a família incluem reuniões individuais, reuniões de acompanhamento, atividades em conjunto, envio de fotos e vídeos e disponibilidade para conversar com as famílias e a escola. Acredito que um bom relacionamento entre a professora, a escola e a família é fundamental para o sucesso da inclusão escolar do aluno com TEA. Através da comunicação aberta, do respeito mútuo, da colaboração e da empatia, podemos criar um ambiente acolhedor e inclusivo que promova o desenvolvimento integral do aluno (Professora do AEE).

Por isso, o professor pode e deve planejar ações com a família do aluno para enriquecer a aprendizagem dando continuidade em casa, pois a contribuição do professor do AEE perpassa o espaço escolar, podendo fortalecer assim, sua prática pedagógica que foi mediada na sala de recurso multifuncional. Pensando na aproximação, escuta e colaboração com a família, Bedaque (2014) afirma que:

A presença constante de membros da família seja pai, mãe, avós ou irmãos apresenta-se como espaço que possibilita diálogos de acolhimento, reflexão e orientações que parecem aproximar a família da escola. Os pais parecem se sentir mais apoiados com as professoras de AEE e, muitas vezes, se fazem de interlocutores com os professores de sala regular, principalmente, quando o aluno estuda em outra escola (Bedaque, 2014, p. 180-181).

Torna-se claro que é imprescindível a parceria entre escola e família. Trazer os familiares pra dentro do espaço escolar é o mesmo que expandir ações pedagógicas que vão potencializar a aprendizagem dos estudantes.

No final da entrevista a docente descreveu o que pra ela seria inclusão escolar, e o que é mais relevante para que a inclusão aconteça:

Mais do que a mera presença física do aluno com deficiência na escola regular, a inclusão escolar implica na sua participação plena e significativa em todos os aspectos da vida escolar, com o objetivo de garantir que todos os alunos, com ou sem deficiência, aprendam juntos e tenham as mesmas oportunidades de sucesso. Para que a inclusão escolar aconteça de forma eficaz, é fundamental:

Mudança de mentalidade: Toda a comunidade escolar, incluindo professores, funcionários, alunos e pais, precisa estar comprometida com a inclusão e acolher a diversidade.

Formação continuada: Os profissionais da educação precisam ter formação adequada para atender às necessidades dos alunos com deficiência e implementar práticas inclusivas.

Recursos e infraestrutura: A escola precisa ter os recursos e a infraestrutura adequados para garantir a acessibilidade e o atendimento às necessidades dos alunos com deficiência.

Adaptações curriculares: O currículo precisa ser adaptado para atender às necessidades individuais de cada aluno, garantindo que todos tenham acesso ao aprendizado.

Suporte individualizado: Os alunos com deficiência podem precisar de suporte individualizado durante as atividades em sala de aula e em outros momentos da vida escolar.

Colaboração entre escola e família: A escola e a família precisam trabalhar juntas para garantir o sucesso da inclusão escolar do aluno.

A inclusão escolar é um direito de todos os alunos e um dever da escola. Através de um trabalho conjunto e comprometido, podemos construir uma sociedade mais justa, inclusiva e respeitosa da diversidade (Professora do AEE).

De acordo com Mantoan (2008), para que de fato a inclusão aconteça de verdade, é necessário fazer uma passagem de uma escola que antes excluía para uma escola de todos, para todos, e com todos os alunos. Incluir o aluno com deficiência na escola é o mesmo que melhorar a qualidade de vida dos mesmos, promovendo a cidadania, colocando-os livres de preconceito e discriminação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciou-se com este estudo que é imprescindível refletir sobre as ações pedagógicas desenvolvidas no AEE, pois tais ações devem ser pensadas na

pluralidade de todos os estudantes que frequentam a escola, entre eles, os estudantes com TEA, foco deste estudo.

O Atendimento Educacional Especializado é um serviço novo que veio para contribuir com a inclusão escolar dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais, sendo ofertado nas escolas, visando à superação dos limites e dificuldades dos alunos, desenvolvendo suas potencialidades e ao mesmo tempo respeitando as diferenças de acordo com cada necessidade.

Todo ser humano tem suas peculiaridades e merece ser respeitado. Foi necessário haver muitas discussões para se compreender e aceitar os direitos das pessoas com deficiência. Em se tratando da educação especial, pode-se observar que o aluno que é atendido pelo AEE, tem uma possibilidade bem maior de aprender, aniquilando as barreiras que estão presentes em sua deficiência.

A partir das leis que foram criadas para amparar as pessoas com deficiência, garantiu-se assim, o direito de frequentarem a rede regular de ensino. A escola por sua vez, deve garantir esses direitos, principalmente quanto ao espaço físico e aprendizagens adequadas, e ainda, conceder o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Dessa forma, o AEE passou a exercer uma grande importância na aprendizagem dos alunos e que deve ser facultado em todos os níveis de ensino, oferecendo atividades estratégicas e diferenciadas com o objetivo de diminuir as barreiras que muitas das vezes impedem esse aluno de frequentar as aulas.

Dentro da escola o AEE funciona como um apoio educacional para potencializar o desenvolvimento do aluno. Mas para que isso aconteça, é necessário que esse atendimento esteja articulado com a proposta pedagógica da sala regular, criando estratégias a fim de facilitar o processo de ensino e aprendizagem, visando à qualidade do ensino e a tão almejada inclusão.

O estudo deixa claro que o professor do AEE é de fundamental importância para o processo de desenvolvimento do aluno, e cabe ao mesmo desenvolver um trabalho dinâmico e criativo através de recursos pedagógicos, fazendo com que o estudante tenha o prazer de participar e obter um melhor resultado.

No que diz respeito à atividade docente da professora pesquisada, verificou-se que, a fim de favorecer a participação e a aprendizagem dos alunos, as práticas pedagógicas desenvolvidas no AEE buscavam trabalhar as habilidades motoras, intelectuais e sociais nos alunos, reforçando também sua autonomia de

acordo com a necessidade de cada um. Percebeu-se que não existe uma receita pronta, as atividades são pensadas e elaboradas de acordo com a peculiaridade de cada estudante.

Este estudo evidencia que o AEE é de grande valia dentro do espaço escolar e que o professor do atendimento especializado é um forte aliado dentro desse processo. Notou-se que a professora tinha convicção dos desafios advindos do AEE para educandos com TEA, pois a mesma privilegiava inúmeras atividades pedagógicas que trabalhavam a comunicação, compreensão e autonomia de seus alunos.

Este processo de investigação foi relevante para o aprendizado, contribuindo para ampliar o conhecimento acerca da atividade docente do professor do AEE no atendimento de educandos com TEA. Nesse sentido, foi possível compreender que o AEE contribui de maneira significativa na aprendizagem dos alunos com TEA, considerando as necessidades singulares de cada um, favorecendo a efetivação de um processo escolar inclusivo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Brasília, DF: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Especial, 2006.

BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. **Por uma Prática Colaborativa no AEE: atendimento educacional especializado**. Curitiba: Appris, 2014.

BRAGA JUNIOR, F. V; BEDAQUE, S. A. P. **Atendimento Educacional Especializado para o estudante com transtorno do espectro autista/organizador: Francisco Varder Braga Júnior- Mossoró: EdUERSA, 2018.**

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: www.planalto.gov.br Acesso em 15 de Junho de 2024.

BRASIL. Lei nº **12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em 22 de julho de 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 25 de Junho. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.172, de 09 e janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação: **Razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das pessoas com Deficiência, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Nota técnica nº 24/2013/MEC/SECADI/DPEE.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009** – Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Modalidade Educação Especial. Disponível em: www.portal.mec.gov.br Acesso em 29 de Junho. 2024.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: www.portal.mec.gov.br Acesso em: 29 de junho. 2024.

Conferência mundial sobre necessidades educacionais especiais. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, CORDE, 1994.

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2009.

LOPES, Rosemeire Santos de Deus. AS CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES COM TEA. **Revista Primeira Evolução**, São Paulo, Brasil, v. 1, n. 42, p. 97-102, 2023. Disponível em: <https://primeiraevolucao.com.br/index.php/R1E/article/view/448>. Acesso em: 15 jul. 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, 2008.

MOREIRA, Eunice Januária; SOUZA. Renan Augusto de. **A Importância do Atendimento Educacional Especializado para os autistas**. Revista Mythos, v. 11, n. 2, 2019.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação e a sua formação**. Lisboa, Dom Quixote, 1992.

PAPIM, Angelo Antonio Puzipe. Autismo e Aprendizagem: os desafios da Educação Especial. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

PRADO, M. E. B.; FREIRE, F. M. P. **A formação em serviço visando a reconstrução da prática educacional**. In: FREIRE, F. M. P.; VALENTE, A. (orgs) Aprendendo para a vida: os Computadores na Sala de Aula. São Paulo: Cortez, 2001.

RODRIGUES, L. Atendimento Educacional Especializado: a verdade do AEE na escola. 16 de maio de 2018. Disponível em <https://institutoitard.com.br>. Acesso em 18 de junho de 2024.

SILVA, A. B. B. **Mundo singular**: entenda o autismo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

VIGOTSKI, L. S. *Imaginação e criação na infância*: ensaio psicológico. Trad. Ana Luiza Smolka. São Paulo, SP: Ática, 1930/2009.

YIN, R. K. *Estudo de caso*: planejamento e métodos; trad. Ana Thorell. 4. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2010.

ANEXO

QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA

Prezada professora, este questionário é parte integrante do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), o qual tem como tema “O Atendimento Educacional Especializado (AEE) e suas contribuições na aprendizagem de alunos com TEA em uma escola da zona rural de Mossoró-RN”.

APRESENTAÇÃO:

Discente: Cláudia Daiane Alves Inácio – Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado – NEAD – UFERSA

1- INFORMAÇÃO PROFISSIONAL:

1. formação Profissional:
2. Cargo que exerce atualmente:
3. Tempo de atuação na Educação Especial:

2 - PRÁTICA PEDAGÓGICA:

1. Quantos alunos com TEA você atende atualmente?
2. Como você define o autismo?
3. Utiliza alguma técnica, método ou programa educacional, para orientar o planejamento pedagógico e a prática de ensino?
4. Em relação aos seus alunos com TEA, em qual área de desenvolvimento eles apresentam maior necessidade educacional?
5. Especifique as áreas de desenvolvimento avaliadas para a educação do aluno com TEA e descreva a proposta pedagógica elaborada para os objetivos de ensino e aprendizagem traçados.
6. Como é realizada a avaliação pedagógica do aluno com TEA?
7. Descreva como é seu relacionamento com a escola e a família do aluno com TEA.
8. Em sua opinião, o que é inclusão escolar, e o que é mais relevante para que a inclusão aconteça?